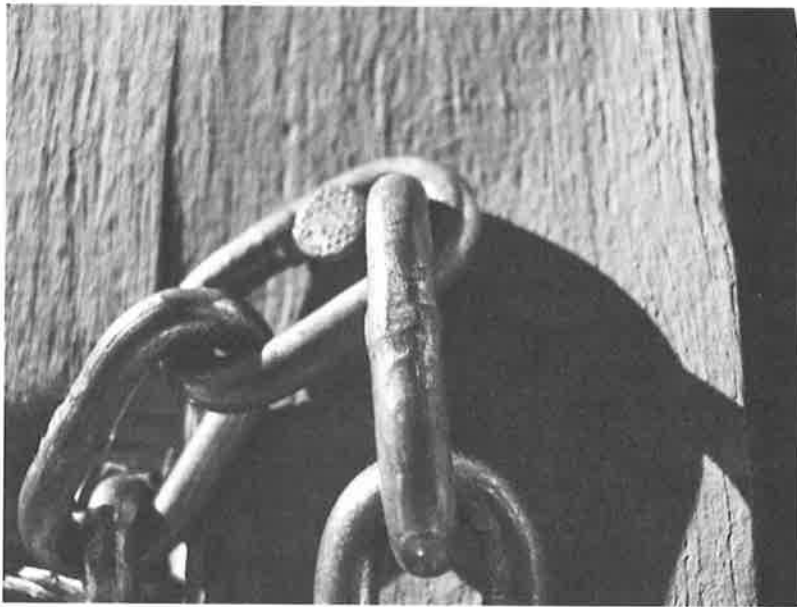




Em tempos de globalização os riscos da homogeneização cultural, bem como os dos fundamentalismos, têm composto as pautas principais da teorização cultural contemporânea sobre os sujeitos, a sociedade e a história. Entre as diversas questões candentes, neste ensaio procuro centrar esforços sobre um tema específico: a mercadorização das práticas corporais¹ e os possíveis efeitos que esse processo possa acarretar sobre elas e seus sujeitos. Ensaio na tentativa de elucidar que a expansão das academias de atividade física, *spas*, escolas de esportes, espaços de recreação e de reabilitação física, programas midiáticos a respeito das práticas corporais, entre tantos, fazem parte de novas técnicas de controle e regulação da população em tempos de hegemonia do pensamento neoliberal. Em meio a narrativas pessoais e históricas do passado e do presente, tentarei desnaturalizar o modo como as práticas corporais vêm sendo mercadizadas e vêm possibilitando aos seus sujeitos fugas e capturas diante de novos modos de subjetivação presentes na sociedade em que vivemos.

¹ Apesar do largo espectro que o termo possui, utilizo-o como referência às danças, às ginásticas, aos esportes, às lutas e às brincadeiras.

Fugas e capturas

Estava à espera de meu filho de 7 anos à porta da escola em que estuda e em meio a uma roda de pais e mães que conversavam a respeito dos seus. A conversa girava em torno das práticas corporais. Alguns diziam que os filhos faziam natação porque era bom para o desenvolvimento motor e cardiorrespiratório. Ora, pensei, quando meu filho tinha 4 anos, pediu para fazer natação a fim de brincar melhor na água. Isso era importante para todos da família, pois havíamos passado um susto por conta disso. Penso que meu filho estava certo. Aprender a nadar é bom para poder brincar melhor. Em certas épocas do ano, brincar na água é muito prazeroso. Cresci em cidade litorânea. Meu quintal era a praia. Ver quem ficava mais tempo embaixo da água, quem pegava a melhor onda, seja na prancha de surf ou no jacaré,² quem ultrapassava a rebentação, quem mergulhava ou nadava mais longe entre tantas compunham o repertório das brincadeiras aquáticas. Ainda tinha um clube em que entrávamos em bando para brincar na piscina. Lá havia outras brincadeiras. No limite, aprender a nadar pode ser bom para não morrer afogado.

Coloquei-o nas aulas de natação. Logo nas primeiras aulas ele demonstrava muita insatisfação, contando que as aulas eram chatas. Às vezes, quando eu chegava para pegá-lo, estava de castigo fora da piscina. Pedi que insistisse e tentasse aprender a nadar. Passado pouco mais de dez aulas não teve jeito. Pediu com veemência para sair. Perguntei o motivo. Ele respondeu que o professor só dava brincadeira. Era a do foguetão, do foguetinho, do submarino, da vela e outras. Ele queria aprender a nadar. Ao final da aula, o professor deixava os alunos brincarem livremente. Aí, ele era advertido porque as brincadeiras de que gostava não podiam ser realizadas. Tinha que brincar do que o professor deixava. Qualquer concepção de lúdico sucumbiu à concepção de controle.

² Brincadeira cujo objetivo é "pegar" a onda sem o auxílio de prancha e manter-se o maior tempo e percurso possível "dentro" dela.

Outra mãe afirmava que colocara o filho nas aulas de judô e a filha nas aulas de balé clássico. Em suas assertivas, estavam os benefícios cognitivos, psíquicos, físicos e morais do judô. Para ela, tratava-se de uma prática que melhora a atenção, ajuda a perder qualquer traço de insegurança, instaura a coragem de um homem e desenvolve o respeito ao mais velho, ao corpo e aos colegas. O balé, por sua vez, propiciaria a aquisição de gestos femininos mais elegantes, além de melhorar a flexibilidade e a autoestima. Programava para o futuro da filha a prática da ginástica olímpica ou da patinação artística. Para a mãe, tudo era uma questão de masculinidade e feminilidade.

Meu filho também faz judô. Tempos depois da decepção com as aulas de natação, ele quis frequentar o curso. Os motivos eram diversos. Durante a comemoração do centenário da imigração japonesa no Brasil, assistimos a uma demonstração de artes marciais japonesas. Somou-se a isso a identificação com a imagem de lutadores presentes em personagens dos desenhos animados. Power Rangers, Ben 10, Naruto, Bakugan, e o principal: Avatar,³ um herói conhecedor de segredos espirituais e que os utiliza em lutas pelo bem. Ele gosta das aulas e já avançou na graduação. Segundo diz, está aprendendo a lutar.

Como quase toda criança, ele também gosta de dançar. Por diversas vezes é possível observá-lo diante da tevê, dançando com os personagens dos desenhos animados ou com os músicos de alguma banda. Ele dança para... dançar. Ginástica olímpica! Nem se fala, é com ele mesmo. Vive em posição de equilíbrio no braço do sofá e vira e mexe dá saltos e rolamentos incríveis no colchão da minha cama. Sem contar as manobras corporais que faz no trepa-trepa e no macaquinho, brinquedos do parque infantil.

Outro pai falava que o filho praticava futebol em uma escolinha. Dizia ele que, além da socialização, o esporte tira as crianças de dentro de casa e da frente do *videogame*. Uma mãe concordava e reforçava que o esporte tira as crianças da rua. Outros abordavam que a prática do

³ Trata-se de personagem do *cartoon* homônimo.

esporte, da dança e da natação ajudaria seus filhos a se desenvolverem de forma correta e sadia, longe dos riscos de serem contaminados pelas mazelas da sociedade como as drogas e o sedentarismo. Diziam, ainda, que essas práticas ensinariam valores que os levariam a ter sucesso no mercado de trabalho, como o esforço pessoal na busca pela eficiência. Outro pai extrapolou. Para ele, tudo isso contribuiria para o filho passar no vestibular e entrar em uma boa faculdade. Como penso outras coisas a respeito, resolvi entrar na roda.

Fiz a primeira indagação. Será que essas atividades não estão transformando a infância ou até acabando com ela? Comentei o caso da natação que meu filho vivera. Um sujeito respondeu que eu não soube escolher a atividade correta para meu filho. Disse que estudos indicam que para cada tipo de personalidade há uma prática corporal mais adequada. O pior veio em seguida. O cara me cutucou, dizendo que essa informação estava disponível em qualquer revista comercial. O tímido deve fazer alguma luta para liberar sua introspecção. O mais agitado deve canalizar sua energia em um esporte individual, assim ele não cria confusão com os colegas. Os mais sociais devem fazer esportes coletivos. As meninas devem fazer atividades que exaltem sua graciosidade e os meninos, sua força. Tem atividade para todos os gostos e sujeitos. Tem para os asmáticos, para os hiperativos, os pouco ativos, os agressivos, os pacatos. Também há atividades para todos os fins, para a saúde, para a socialização, para a concentração, para ocupar o tempo. Enfim, tem atividade para tudo.

O tema fica mais candente, pois em outro dia o assunto era relativo às práticas corporais que os pais e as mães faziam ou deveriam fazer. A ginástica laboral tomou a pauta de um desses encontros. Afirmava uma jovem mãe que a empresa em que trabalha preocupa-se em demasia com os funcionários e por isso investe pesado no bem-estar deles.

Dizem que foi Henry Ford que inventou a parada para o café. Ele percebera que a partir de certo momento o ritmo da produção de seus empregados diminuía. Conhecedor dos aspectos energéticos do café, instituiu a pausa para que os funcionários retornassem ao batente com

mais disposição física. A ginástica em ambientes de trabalho vem desde o início dos movimentos sindicais no auge das revoluções trabalhistas do século XIX. Hoje, a ela se incorporam a estampa do funcionário do mês, a participação nos lucros e em algumas decisões setoriais, os prêmios pela produtividade. Tudo pelo bem-estar do... empregador.

Os pais e as mães têm práticas em comum. Alguns pais vão ao futebol *society*. Outros praticam tênis. As mães e outros pais vão às academias de ginástica. Fazem pilates, musculação, alongamentos, ginástica localizada, aeróbica, *spinning*, *power yoga*, *body combat*, *body system* e tudo aquilo que a indústria da atividade de academia inventa para uma nova temporada de verão ou de inverno.

O assunto localizado na roda desses sujeitos de certa classe social está intimamente relacionado a um modelo de pensamento globalizado sobre o corpo. Pode-se observar que as práticas da atividade física com os mesmos significados também ocorrem em outros segmentos societários e em outros espaços. Em alguns espaços sociais da elite, a prática é a dos esportes radicais. Afirmam-se em revistas especializadas ou nas de grande circulação que o paraquedismo, o rali de aventura, o *rafting*, o rapel, o arborismo, entre tantos, são praticados por pessoas que vivem o risco da vida dos grandes empreendimentos, dos grandes negócios. Daí a curtição é descarregar adrenalina, aliviar o estresse. Parece que estão treinando para conseguir suportar e conviver com os riscos da condição de vida pós-moderna.

Os mais desprovidos economicamente batem sua bolinha nos velhos campos do futebol de várzea. Nos bairros marcados pela tensão social, as escolinhas de esporte funcionam por meio de ONGs, projetos do governo denominados sociais e até ações de grandes corporações, tudo sob o discurso da responsabilidade social. Também existem as casas de cultura e suas múltiplas oficinas. Além das práticas corporais convencionais ou hegemônicas, aqui ganham fôlego as práticas marginais: a capoeira, o maculelê, o batuque de umbigada, o *hip-hop*, apesar de apresentarem sentidos diversos. Sem falar das atividades coletivas promovidas pelo poder público sob o rótulo do bem-estar da população: as

ruas de lazer, o Agita São Paulo, o Dia do Desafio, a Virada Cultural e a Esportiva, entre outras.

Seja no plano simbólico, seja no nitidamente material, o fato é que a todos parece interessar qualquer coisa que se possa fazer ou se deixar de fazer em nome de ter certo corpo e ser certo sujeito. O que importa é praticar atividade física, seja qual for o fim. Como já não aguentava mais, fui à guerra. Perguntei aos presentes: “Se as crianças não podem ficar em casa e muito menos na rua, onde elas devem permanecer?” Com ar de deboche, exaltei: “Fechadas em escolinhas disso e daquilo, aprendendo a ser consumidoras de práticas corporais, tal e qual seus pais”. Penso que estava me posicionando em nome dos infantis, das infâncias, dos jovens, do trabalhador e, quem sabe, em nome das práticas corporais.

A luta pelo significado

As descrições e interpretações apresentadas anteriormente indicam que há um conflito quanto aos significados que as práticas corporais adquirem. Mediante algumas noções conceituais produzidas no campo dos estudos culturais, posiciono-me de forma a compreender que as práticas corporais devem ser analisadas por meio de seu universo simbólico, seus valores e suas representações. Sob essa perspectiva, elas não podem ser vistas como espelho da cultura dominante ou aparelho ideológico do Estado, como já foi propagado em diversos estudos. Elas são vistas como um campo de lutas e contestação de significados construídos por sujeitos que vivem negociações permeadas por consentimentos e resistências em meio às relações de poder de classe, gênero, idade, etnia, religião, sexualidade, etc., que incidem em fugas e capturas dos seus sujeitos. Essa análise indica que seus significados não são fruto de uma essência fundante, mas uma questão cultural.

Os sujeitos envolvidos na narrativa acima vivem em constante negociação de sentidos. Algumas crianças brincam, jogam e dançam pelo prazer que a prática corporal proporciona, outras pensam em se tornar atletas famosos. Estabelecem entre si seus códigos e suas interpretações,

fruto das representações que têm da realidade, e os manifestam por meio da linguagem – neste caso – corporal. Os pais e as mães, por sua vez, apresentam outros sentidos em relação aos seus filhos. Mas isso não para por aí, pois os que promovem a sua realização também podem ter significados diversos. Há os que querem divulgar sua cultura, os que querem preservá-la, e, por que não dizer, os que querem mercadizá-la.

Diante disso, é impossível não concordar com Hall (1997) quando afirma que a cultura é um território contestado no qual se luta pelo poder de definir os significados das coisas do mundo. O que se tem é a luta pelo controle da definição dos significados. Essas lutas envolvem grupos e sujeitos em posições assimétricas de recursos e de poder, tanto materiais quanto culturais. Essa perspectiva dá a entender que os significados estão sempre em negociação e conectados às políticas de verdade em ação nos diversos grupos e segmentos sociais. Pode-se dizer que o campo da cultura é a manifestação do poder e das relações sociais assimétricas que produz (Johnson, 2004).

Os desejos e as intenções dos pais e dos filhos quanto às atividades que realizam são permeados por tensões, resistências, justificativas, sujeições e recusas. É comum observar as pressões que algumas crianças sofrem por conta da “necessidade” de praticar atividades físicas ou pelos resultados que obtêm. A pressão também é visível nos adultos, seja por ordem médica, vaidade ou *status*. Entretanto, do mesmo modo que se veem algumas crianças encarceradas nos treinamentos esportivos atuarem à revelia dos treinadores, é possível notar adultos em academias apenas “estando lá”. Para elas, o treino é um espaço de brincar de bola, aproveitam qualquer brecha para escapar dos ditames do técnico e subvertem qualquer tentativa de instrumentalização do corpo. Para eles, a academia é um espaço de convivência. Os que comandam esses espaços marcarão ambos como “anormais” e elaborarão estratégias para a sua captura.

Para Hall, as práticas culturais constroem sistemas de significados que orientam, codificam e regulam as ações sociais dos indivíduos. Sugere o autor que toda prática social é cultural, pois expressa ou comunica um significado que é partilhado entre os membros da mesma

sociedade. Essa definição toma como referência que toda prática cultural é uma prática de significação. Disso entende-se que as práticas corporais constituem-se de significados próprios, negociados em um constante, transitório e indefinido jogo de poder e em luta por poder (Neira & Nunes, 2009).

As práticas corporais são produções simbólicas e tiveram seus significados transformados e reinterpretados de acordo com a dinâmica da cultura na qual se inserem. As diferentes formas de exercê-las e sua validação se estabeleceram e se estabelecem em meio às relações de poder que ocorrem entre os sujeitos praticantes e entre estes e os diversos grupos que discursam sobre elas e sobre seus adeptos. As práticas corporais falam da sua cultura e são faladas pela(s) cultura(s). Ou seja, elas comunicam significados.

Historicamente, é comum afirmar que tiveram seu ato fundador nas *arkhês*, sociedades, e com sentido mítico, sagrado. Na Grécia antiga, as diversas formas de jogo assumiram papel preponderante na formação de seu cidadão. Em Roma, seus significados transitaram da preparação para a guerra, passaram pelas ações higiênicas e desportivas até chegarem aos espetáculos sangüinários do circo romano, em que os cidadãos, ao contrário dos gregos que praticavam os jogos, eram meros espectadores (Rúbio, 2001).

Foi a partir da Idade Média que os esportes começaram a ter caráter de diversão para toda a população e o termo passou a abranger todos os tipos de jogos. A palavra esporte vem do latim *disporte* e significa “entusiasmo”, “excitação” (McLean, 1983). Na época, trabalho e lazer não eram excludentes. As atividades laboriosas estavam repletas de jogos, canções, competições e outros, embora com finalidades distintas. O jogo era imprescindível para a sensação de pertencimento de um indivíduo ao seu grupo social (Elias, 1994).

Cabe destacar que nos tempos dos feudos a preocupação recaía sobre o controle do território. Não havia qualquer preocupação quanto às condições de vida das pessoas comuns. No entanto, a popularização dos jogos era criticada pela nobreza, que os entendia como vulgares e contrá-

rios aos jogos específicos da fidalguia, como as provas de arco, a falcoaria, a montaria e as justas. A preocupação quanto às práticas corporais populares era decorrente de seu potencial desmobilizador das forças do povo necessárias para a defesa do território, pois muitas delas envolviam cidades inteiras e ocasionavam quebradeiras e mortes (McLean, 1983; Mehl, 1990). Mesmo com a reprovação absoluta dos reis e da Igreja, a partir do século XV alguns jogos e danças populares foram utilizados pelos jesuítas em suas escolas com finalidades educativas, regradas sobre princípios moralizantes. Pode-se observar aqui o jogo da significação diante da expropriação dos significados de algumas práticas corporais.

Vista por Hall (1997) como sistema simbólico, é na cultura que as coisas são nomeadas mediante um processo de atribuição de sentidos e busca de estabilidade. Ao elaborar sistemas classificatórios, a cultura vai se estabilizando na medida em que cria fronteiras simbólicas para excluir o que está fora do lugar e da ordem e, assim, gerar a homogeneidade cultural. Na visão do autor, isso implica um esquecimento de suas inconsistências internas, das contradições e dos conflitos que marcaram a validação dos significados. Tem-se a impressão de que as coisas são naturais e não podem ser alteradas. Todavia, a chamada cultura de fronteiras representa uma perturbação constante que precisa ser eliminada sob o risco de atrapalhar os padrões estabelecidos e, assim, o próprio processo de classificação e, conseqüentemente, de significação. Ao eliminar o sentido das lutas, a sensação que fica é a de que tudo é fruto da evolução e do progresso instaurado pelo ser humano. Esse processo permite explicar as mudanças de significados que as práticas corporais sofreram ao longo da história, bem como a irritação e as afirmações do grupo de pais mencionado anteriormente quanto aos questionamentos dos valores e benefícios de “suas” práticas corporais.

A luta pelo controle do significado

Os movimentos da Reforma e da Contrarreforma cristãs e as diversas revoluções burguesas lentamente favoreceram a consolidação da

ciência moderna e a ascensão do pensamento liberal. O resultado foi a consolidação do Estado moderno e a destituição do poder real. Isso gerou, a partir da segunda metade do século XVIII, novas formas de viver, e, por consequência, a elaboração de novas formas de controle e regulação da população, isto é, a promoção de estratégias de exercícios de poder sobre os outros, novas estratégias de gestão da vida.

As mudanças sociais e políticas da época, as opiniões, repressões e condenações pelo poder público sofridas pelas práticas corporais influenciaram aos poucos as transformações dos seus significados. Diante da nova configuração social, agora industrializada, urbanizada e burocratizada, os significados das diversas práticas tradicionais passaram a ser outros.

Os novos sentidos também foram provenientes da higienização das populações, realizada por meio de investidas médicas no final do século XVIII e durante o século XIX na Europa, e com o auxílio de pastores protestantes nos Estados Unidos. Cabe ressaltar que no Brasil esse processo deu-se no final do século XIX e início do XX. Desde então, o Estado tencionou disciplinar a população mediante a transformação das práticas corporais em atividades funcionais. O foco central dessas ações era a proteção da infância e da juventude diante dos riscos dos processos de urbanização de então. O importante era cuidar do futuro (produtivo) da nação.

A partir do século XVIII, na Inglaterra, as transformações dos jogos e passatempos tradicionais deram origem ao esporte moderno. Iniciado nas *public schools*, sua prática pretendia formar os filhos das elites sociais. Nessas instituições é que os jogos vão sobreviver, pois, além de serem práticas comuns nos horários de ócio dos estudantes, lá eram regrados e regulados, minimizando a concepção de ameaça à ordem pública que os jogos e seus praticantes fomentavam (Bourdieu, 1993; Brohm, 1978; Mandell, 1986; Elias & Dunning, 1992). Com a ascensão da burguesia, uma série de práticas corporais foi “esportivizada”, ou seja, absorveu seus códigos, como a competição, e proliferou para outras ca-

madras sociais até o fim do século XIX, regulando também o comportamento do restante da população.

Com a ginástica também não foi diferente. Os significados de seus movimentos foram expropriados do circo, que passaram a ser vistos como ameaça à educação da juventude, além de fazer dos jovens vagabundos, desfigurados e desviantes. Soares (1992) explica que, ao final do século XVIII, a ginástica foi interpretada como potente na educação dos jovens para garantir certa estética e desenvolver a moral e a virtude. Assim, qualquer possibilidade de um jovem tornar-se rebelde ou sem a moral adequada aos padrões sociais da época seria evitada. Com esse objetivo nasciam os métodos ginásticos, baseados em estudos científicos sobre os movimentos do corpo e voltados para os padrões, resultados e normas de comportamento vigentes. Sua prática foi constante na educação da juventude de vários países europeus, principalmente nos estados germânicos. Assim como as demais práticas corporais, mais tarde, a ginástica praticada nas escolas e no exército deu origem à ginástica olímpica.

Importante ressaltar que o modelo adotado para a formação dos jovens filhos do proletariado inglês não foi o esportivo, e sim o modelo da ginástica sueca, que garantiria bons soldados e trabalhadores disciplinados e ordeiros. Por outro lado, na visão das elites, o esporte, como prática pedagógica, produziria líderes, empreendedores capazes de manter a hegemonia econômica da Inglaterra. Para muitos, a capacidade administrativa, política e econômica da Inglaterra relacionava-se com a formação de seus “filhos”, sendo o esporte considerado o fator pedagógico preponderante nessa ação. O Brasil também viveu esses modelos de educação. A ginástica foi dominante na educação física até o segundo pós-guerra, quando, associada aos países perdedores (nacionalismo), foi substituída nos currículos escolares pelo esporte (liberalismo).

O uso das práticas corporais como estratégia de convencimento, regulação e controle da população nada mais é do que um modo de exercer poder. Foucault (2002) define duas formas de poder: aquele que se exerce sobre o corpo por meio de técnicas de vigilância e das insti-

tuições punitivas – o poder disciplinar; e aquele que se exerce sobre a população (vista como um corpo), a vida e “os vivos”, que denomina de *biopoder*. Trata-se de procedimentos que promovem a vida da coletividade na qual o indivíduo se insere, uma coletividade entendida como uma *população*. A partir da construção do Estado moderno pensa-se a população como um conjunto de indivíduos, como uma unidade. Dessa forma é possível descrevê-la, mensurá-la, e, portanto, governá-la. Desde então, a população é tratada pelo Estado como um corpo vivo que é de sua responsabilidade governar para promover e garantir a vida. Para Veiga-Neto (2000), a promoção da vida baseia-se em duas dimensões: o cuidar para viver e o prevenir a extinção da própria espécie. Foucault (2008) denominou de *biopolítica* as estratégias que o *biopoder* exerce sobre a regulação da vida.

A *biopolítica* refere-se às estratégias que tencionam uma gestão calculada da vida pelo Estado. Para garantir o controle da população e regular suas condutas, era necessário estar atento a cada comportamento da população em geral, valorizar certa moral e saberes, cultivar a saúde física e mental, promover, ao máximo, a expansão das forças e das habilidades do ser humano para a produção. Para formar uma população economicamente ativa e em acordo com as normas sociais vigentes, foi necessário elaborar uma política preventiva de formação do homem dócil, produtivo e submisso à lógica estatal e capitalista. Como foi visto, as práticas corporais do esporte e da ginástica foram capturadas para atender a certos interesses.

Novas estratégias

O que aconteceu com as ginásticas e os esportes nos princípios do liberalismo pode ser novamente observado na ordem neoliberal. Atualmente, o que ocorre é a lenta incorporação ao sistema de práticas corporais antes marginais, como as lutas, as danças populares e contemporâneas (urbanas, rurais, étnicas) e a expansão daquelas que anteriormente eram de certos setores da elite econômica, como o futebol e

o balé, para os demais setores da população. Obviamente, não se trata de uma ocorrência casual, e sim produto de novas lutas por significação. Esse movimento é permanente no jogo do poder cultural e caracteriza a maior parte dos debates acerca dos efeitos e riscos dos processos de tentativa de homogeneização cultural. Hoje, é comum a presença das práticas marginais, como a capoeira, o *funk*, o vale-tudo, nos diversos canais de comunicação e até nas escolas (espaço de transmissão da cultura dominante). Tudo sob o discurso da diversidade cultural e também da lógica do mercado.

Ainda, com relação ao tema, cabe ressaltar que o jogo do poder cultural não é só inclusão. Distorção, apropriação, expropriação e contenção também fazem parte da cena. Recentemente, tornaram-se corriqueiras as apropriações distorcidas das manifestações corporais por parte de setores privilegiados da sociedade, conferindo-lhes outros significados de acordo com os seus interesses e projetos, principalmente aqueles que visam os interesses financeiros. Para Neira e Nunes (2007), tal postura nada mais é do que uma tentativa de expropriação e incorporação das práticas transgressoras e de oposição aos ditames conservadores do pensamento universal. É comum a inclusão dos saberes marginais virem acompanhados do apagamento da história das lutas e origens de várias práticas e manifestações culturais em troca da validação de outros significados por meio da ciência moderna. O que se nota é a constante alusão dos benefícios à saúde ou ao desenvolvimento motor que a capoeira propicia, bem como a comprovação da ciência ocidental em relação aos fundamentos da *yoga* ou a valorização da prática do *tai-chi* para melhorar a concentração para o trabalho. Piorando o quadro, essas afirmações, muitas vezes, partem dos representantes das próprias práticas culturais, que não percebem as intenções subjacentes a tais tentativas de agregação. Pois bem, se for analisada a história de cada uma dessas manifestações, verificar-se-á, sem esforço, que são anteriores aos discursos científicos que pretendem delas se apropriar. Sem dúvida, essas estratégias, além de mercadizar e “cientificizar” essas práticas, afastam os saberes de seus representantes do âmbito social (Neira & Nunes, 2009).

Na ótica dos estudos culturais, as sociedades capitalistas promovem a desigualdade entre etnias, gerações, classes, sexualidades diversas, entre outras, sendo a cultura o campo central em que as distinções hierárquicas de poder e possibilidades são definidas (Hall, 1997). É em meio a esse campo de contestação cultural que os grupos subjugados procuram fazer frente às imposições dos significados que sustentam os interesses dos grupos dominantes e mais poderosos. A cultura precisa ser compreendida e analisada a partir de seu vasto alcance na constituição de todos os aspectos da vida humana. É nela que são construídos seus artefatos que produzem sentidos e contribuem na constituição de identidades e representações. Quando veiculados, atuam nas arenas contestadas da cultura, negociando os sentidos que determinam as hierarquias, ou seja, quem pode e quem não pode, quem é quem e como se deveria ser. É nessa arena contestada que se legitima qual a prática corporal adequada, quem são seus praticantes e o modo correto de executá-la.

Segundo o autor, a cultura, no século XX, assumiu uma função sem precedente na história quanto à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, pois através das tecnologias e da revolução da informação propicia-se maior produção, circulação e trocas culturais. Além disso, a indústria cultural tem se tornado elemento mediador em diversos processos econômicos, políticos e sociais. Segundo Hall (1997, p. 16):

Hoje, a mídia sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria-prima e marketing de produtos e ideias.

Isso nos mostra que a vida local é constantemente alterada e não há mais uma identidade cultural desvinculada do global. Encontramo-nos em um momento em que os riscos de homogeneização cultural são permanentes, porém não tão simples como possa parecer; afinal, toda relação implica resistência e luta.

Essas mudanças seguem por trilhas contraditórias, porém de algum modo articuladas, que geram as desigualdades, pois aqueles que não se

adaptarem às novas formas de ser correm o risco de ficar imobilizados diante das mudanças. O que se tem, por um lado, é a tentativa de imposição de valores, padrões estéticos, corporeidades, modos de vida e trabalho, formas de pensamento. Por outro, reforça-se a marcação de fronteiras em guetos e comunidades. Um exemplo marcante desse processo é a atual imposição de um estilo de vida ativo e saudável como forma correta de ser.

Neira e Nunes (2009) explicam que a noção de *vida ativa* advém de setores privilegiados econômica e socialmente. Ela é socializada pelos meios de comunicação de massa, pelos currículos escolares, pela produção científica e se espalha por diversos setores da sociedade. Haja vista os inúmeros programas da “boa forma” presentes não somente nos clubes esportivos e academias, como também nas escolas, hospitais, hotéis, produção editorial, *outdoors*, administrações públicas, empresas privadas, etc. Por meio de práticas discursivas e não discursivas, essas ideias alardeiam pelos quatro cantos a imperiosa necessidade do autocuidado. Feito isso, restará àquele que não cuidar da sua saúde, mais que sofrer graves consequências físicas, ser culpado por não agir pelo bem da sociedade. Não ser saudável não é apenas um título de uma individualidade irresponsável; é, também, sinônimo de improdutividade, ineficiência, ônus ao Estado e, principalmente, ao mercado. Pode-se dizer que o atual discurso da saúde põe em circulação algumas formas de *biopoder*. A noção de “vida ativa” associada à noção de “qualidade de vida” impõe novas tecnologias disciplinares que mobilizam novas práticas de regulação, controle, sujeição e recusa. Se no liberalismo cabia ao Estado cuidar da população, hoje isso já não se aplica. Cada um deve cuidar de si. Entra em cena o empreendedor de si mesmo.

Essa mudança é decorrente de uma rearticulação entre o mercado e o Estado nos tempos atuais. Essa nova ordem, comumente denominada neoliberalismo, implica novos jogos de interesses e regulação.

O neoliberalismo não diminuiu a função reguladora do Estado, como é corrente afirmar. Ele é um conjunto de técnicas e saberes que são favoráveis tanto para a expansão das formas do capitalismo tardio,

quanto para o governo do Estado. Esse conjunto utiliza táticas de governo que fazem com que o Estado siga a lógica do empreendedorismo, transformando-se em uma grande empresa. Esse modelo é visto como muito mais econômico, rápido, fácil, produtivo, lucrativo. Isso sem falar que as próprias empresas, principalmente as grandes corporações, têm muito a ganhar com o “empresariamento” do Estado. Por conta disso, privatizam-se as empresas estatais lucrativas e amarram-se as atividades não lucrativas – como a saúde, a educação e a segurança – aos padrões do mercado. O resultado dessa articulação é que as atividades estatais não lucrativas são direcionadas para os estratos sociais desprovidos, carentes, enfim, aqueles que não podem gerar acúmulo de capital ao empreendedor. O que pode incorrer em lucro se destina a quem pode pagar pelo “serviço”, isto é, o cliente. Não é de espantar que cresce o número de academias de ginástica para quem pode pagar sob as luzes dos benefícios para a saúde e para a estética. Do mesmo modo, cresce o número de ONGs relacionadas à introdução do esporte nas periferias das cidades sob o manto da responsabilidade social.

Outra tática/técnica vital para essa forma de governo (do Estado e dos sujeitos) é a concepção de liberdade individual em voga. O ponto central, que tem gerado uma sobrevalorização extrema do individualismo, é a crença de que cada um pensa que é livre para fazer suas escolhas. Por essa via, a lógica neoliberal cria condições para que o “governo da sociedade”, característico do liberalismo, passe para o “governo dos sujeitos” (Veiga-Neto, 2000).

A mudança está na concepção de sujeito. O sujeito essencializado, centrado, estável e protegido sob o guarda-chuva do Estado-nação (que lhe dava uma sensação fixa de pertencimento) é substituído por uma concepção de *sujeito-cliente*.⁴ Se já não bastava dizer que a competição é uma característica inata dos viventes, agora se propaga que o ser humano é possuidor da capacidade de escolha, e que esta também lhe é inerente. Oferecem-se infinitas possibilidades de aquisição, participação e

consumo. É por essa via que o sujeito se completa (identifica-se) com os objetos produzidos pela atividade econômica e divulgados pelas mídias. Para saber escolher é preciso aprender a combinar múltiplos critérios de escolha. Para tanto, é fundamental ter passado por experiências diversas. Como as crianças não devem ficar em casa, muito menos na rua, ganha fôlego a mercadização das práticas corporais desde a mais tenra idade. O corpo e as práticas corporais ganham novos significados.

Na capacidade de escolha está implicada a capacidade de competir. É aqui que se articula o sujeito de interesse com o sujeito de direito que Foucault (2008) aborda em *O nascimento da biopolítica*. O sujeito-cliente participa livremente dos jogos de competição e, à medida que compreende que fazer melhor suas próprias escolhas torna-o mais competente, sente-se melhor e insere-se no quadro do sujeito ideal do neoliberalismo – aquele que é mais fácil de ser governado. Esse sujeito é o empresário de si mesmo.

Aprender ou conhecer critérios de escolha não basta. Para saber combiná-los, para decidir o que pensa ser melhor ou mais conveniente para si, é necessário que o *sujeito-cliente* seja alvo de jogos de apelos, sedução, estímulos, sugestões. Não é à toa que as instituições de ensino, as academias, os *spas*, os hotéis, os bufês infantis, etc. cada vez mais ampliam a sua oferta de práticas corporais e variam suas formas de promovê-las. O problema não para por aí, pois as interpelações que atinge e os cenários em que atua o *sujeito-cliente* mudam a todo instante. Por conta disso, as práticas corporais dos grupos marginalizados historicamente ganharam espaço nesse cenário. Quanto mais diferença, melhor, pois se amplia o mercado-alvo, assim como o potencial de novos consumidores. A cada onda uma nova oferta e, por conseguinte, outras possibilidades de captura para o consumo e para a aceitação da lógica social vigente.

Fugas para outros sentidos

Na cultura neoliberal, o sentido dado às práticas corporais está normatizado pelos benefícios que podem gerar. No entanto, não se trata de

⁴ Expressão apresentada por Veiga-Neto (2000).

qualquer prática corporal. Para entrar na convenção, elas passam por sistemas de classificação, nos quais só pode ser selecionada aquela que incorporar o sentido dado. Ela tem de ser cientificamente comprovada/aprovada e útil socialmente. Ser comprovada e útil também pressupõe gerar acúmulo de capital para quem pode ofertá-la. Sua presença depende da captura do sujeito-cliente. Se ele a negar, a prática corporal selecionada sairá de cena e dará lugar a outra. Nas margens da sociedade, para aqueles que não dispõem de recursos para pagá-las, as práticas corporais aprovadas e experimentadas serão aquelas que possam transmitir aos seus sujeitos os modos de ser do neoliberalismo. Os sujeitos das margens têm suas coleções de produtos Disney, camisas de times de futebol, vestem-se como os ídolos e as personalidades midiáticas, entre tantos fazeres. Sua presença em um jogo de seu time de futebol ou em um desfile de sua escola de samba fica cada vez mais dependente da exposição das mídias e de seus patrocinadores e produtos. Mesmo estando fora da ordem desse sistema, os sujeitos das margens podem até ser falsos consumidores, pois o que importa é que concordem que esse modo de viver é o melhor para todos.

Diante do exposto, é importante ver como as práticas corporais surgiram, transformaram-se, desestabilizaram-se, criaram formas e campos de identificações ou foram excluídas, para que se atente às novas formas de significação às práticas que surgem, seja para capturá-las ou aprender estratégias de fuga. A formação cultural de uma sociedade implica o reconhecimento das formas com que seus sujeitos são regulados, e no momento atual torna-se crucial reconhecer o modo como uma cultura neoliberal, talvez de forma imperceptível, influi no modo como nos subjetivamos nas práticas corporais.

Se há riscos de tudo se tornar mercadoria e um grande espetáculo de entretenimento, há a possibilidade de “artistarmos” novos sentidos para estes tempos. Penso que as crianças ainda mantêm um impulso lúdico capaz de inventar outras linguagens e sentidos para as práticas corporais e para as práticas do mundo. Precisamos, talvez, parar de tentar capturá-las e deixá-las construir o inesperado.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. “Deporte y clase social”. Em BROHM, Jean-Marie *et al.* *Materiales de sociología del deporte*. Madrid: La Piqueta, 1993.
- BROHM, Jean-Marie. “Sociología política del deporte”. Em PARTISANS. *Deporte, cultura y represión*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. & DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HALL, Stuart. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo”. Em *Educação e Realidade*, 22 (2), Porto Alegre, 1997.
- JOHNSON, Richard. “O que é, afinal, estudos culturais?”. Em SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MANDELL, Richard D. *Historia cultural del deporte*. Barcelona: Bellaterra, 1986.
- McLEAN, Teresa. *The English at Play in the Middle Ages*. Berkshire: Kensal Press, 1983.
- MEHL, Jean-Michel. *Les jeux au royaume de France du XIII au début du XVI siècle*. Paris: Fayard, 1990.
- NEIRA, Marcos G. & NUNES, Mario Luiz F. “Linguagem e cultura: subsídios para uma reflexão sobre a educação do corpo”. Em *Calígrama*, 3 (3), set.-dez. 2007.
- _____. *Educação física, currículo e cultura*. Phorte: São Paulo, 2009.
- RÚBIO, Kátia. *O atleta e o mito do herói: o imaginário esportivo contemporâneo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- SOARES, Carmen Lúcia *et al.* *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- VEIGA-NETO, Alfredo. “Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades”. Em PORTOCARRERO, Guilherme & CASTELO BRANCO, Vera (orgs.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.